

Congresso, fechado, gastará Cr\$ 4,3 bilhões

O GLOBO

BRASÍLIA — No mês de julho, a Câmara e o Senado gastarão Cr\$ 4,3 bilhões — Cr\$ 160 milhões por dia — com o pagamento de salário aos parlamentares e servidores sem que a maioria precise comparecer ao Congresso. É o período de recesso, cujo trabalho fica restrito a uma comissão representativa de 16 deputados e oito senadores. No caso do funcionalismo, o trabalho é dividido em duas turmas. Uma trabalha na primeira quinzena e outra na segunda. O mesmo sistema é adotado também no Poder Judiciário.

O Deputado Sidney de Miguel (PDT-RJ), que cumpre seu primeiro mandato, passou a última semana perguntando aos colegas por que a Câmara e o Senado entrariam em recesso. A resposta era uma só: está previsto na Constituição, artigo 57. Agora, prepara-se para apresentar uma emenda que reduza o recesso de julho para dez dias.

Enquanto os parlamentares retornam a suas bases estaduais para cumprir o recesso constitucional, os projetos importantes ficam à deriva. No Senado, há a lei de informática, a lei do inqui-

linato, textos votados pela Câmara que não houve tempo de analisar antes do recesso. Na Câmara, os projetos sobre política salarial, negociação coletiva e o salário mínimo também terão de esperar o mês de agosto para serem aprovados.

— Nesse período em que o País está de baixo astral e em crise, o recesso deveria ser de dez dias. Na Constituinte, nós tentamos acabar com recesso de julho, mas fomos voto vencido — afirmou o Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP).

Segundo Genoíno, o recesso parlamentar de inverno brasileiro foi inspirado no parlamento inglês. Os deputados britânicos instituíram o recesso de inverno por causa do acúmulo de neve na rua e nas imediações do Parlamento, que dificultava o acesso. A diferença é que no inverno brasileiro não há neve e nem chuva em Brasília.

Apesar da série de projetos pendentes, a avaliação geral é a de que o Congresso trabalhou muito este semestre, mas não soube ocupar o espaço político aberto pela ausência de medidas provisórias.